

## **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada aos catorze dias do mês de setembro de dois mil e cinco**

Estiveram presentes à reunião: Sra. Ana Paula S. Augusto, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Sra. Cristiane S. Ferreira, representante do Movimento Sindical; Sra. Edna F. de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Elizabete G. Miranda, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Sr. Ericino Mariano Jr., representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Dr. Gilberto L.M. Selber, Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho; Dr. João Plutarco R. Lima, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. João Xavier, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sul; Sr. José Carlos P. de Freitas, representante do Movimento Sindical; Sr. Kurt Keller, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Leste; Sra. Maria Ivonilde V. de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Dr. Pedro Humberto Scavariello, representante da Secretaria de Saúde; Sra. Solange A. de Moraes, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dra. Taniella C. Mendes, representante das entidades de classe; Sra. Antonia Bersi, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Sudoeste; Dr. Edison M. da Silveira, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sr. José David Santomauro, representante suplente dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sr. Ricardo C. Moura, representante suplente das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. Ronaldo L. de Almeida, representante suplente do Movimento Sindical; Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde; conselheiros locais de saúde. Justificaram ausência: Sr. André L.C. Fonseca, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUC Campinas; Sr. José Araújo Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. José Paulo Porsani, representante do Movimento Sindical; Sra. Leonilda B. Cabrera, representante do Movimento Popular de Saúde; Sra. Lígia A.N. Almeida, representante dos serviços de saúde municipais; Dr. Luiz Carlos Zeferino, representante da UNICAMP; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Dr. Rober T. Hetem, representante do Hospital Mário Gatti; Sra. Isabel P. de Oliveira, representante suplente dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Noroeste; Dra. Maria Cecília B. Piovesan, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Salma R.R. Balista, representante suplente da Secretaria de Saúde; Sra. Soeli A.M. Gava, representante suplente do Movimento Popular de Saúde. Faltaram: Dr. Carlos Fratzato Jr., representante das associações de aposentados; Sra. Ezenilda S. Silva, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Sr. José Augusto de Melo, representante dos Conselhos Locais de Saúde do Distrito Norte; Sr. José Luiz Rezende, representante do Movimento Sindical; Dra. Mary Ângela Parpinelli, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Dr. Odorino H. Kagohara, representante da PUC Campinas; Sr. Paulo Sérgio Gomes, representante do Movimento Sindical; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde.

A pauta da reunião constou dos seguintes itens: 1) Situação do Abastecimento; 2) Associação Esperança e Vida.

Dr. Gilberto iniciou a reunião extraordinária lembrando que a mesma havia sido convocada por solicitação dos conselheiros, com o objetivo de discutir as questões relativas ao abastecimento da rede e também dos problemas apresentados com relação à Associação Esperança e Vida. Passou a palavra à Sra. Nilda, Diretora Administrativa, para que colocasse aos presentes a situação de abastecimento da Secretaria de Saúde. Sra. Nilda colocou aos conselheiros que apresentaria em primeiro lugar as questões relativas a medicamentos e material de enfermagem. Com relação a medicamentos declarou estranhar o volume de reclamações que vem sendo recebido, uma vez que, naquele momento, 147 itens já estavam com as novas cotas estabelecidas e somente 10 se encontravam zerados, a maioria deles por falta de fornecedor, e outros 10 com estoque limitado. Como já havia sido solicitado anteriormente, explicou como é realizado o processo de compra pela Prefeitura e como se dá o estabelecimento das cotas. Informou também que é grande o volume de reclamações pela falta de itens não padronizados, que a situação de abastecimento de material de enfermagem é semelhante à dos medicamentos e que não há problemas com o material de odontologia. Reafirmou a dificuldade em regularizar o fornecimento de material de escritório, cuja compra é feita pela Secretaria de Administração, que vem enfrentando os mesmos problemas da Secretaria de Saúde, e de informática, que a previsão ficou aquém da necessidade. Com relação a material de limpeza disse que a Secretaria tem enfrentado alguns períodos com problema, mas que está sendo providenciada nova compra para resolver a situação. Informou que atualmente o almoxarifado está abastecido, em condições de atender todas as solicitações do mês, e que já foram desencadeados todos os processos de compra, o que vem sendo feito trimestralmente para que não haja desabastecimento. Sra. Nilda informou também sobre o andamento de algumas obras, como CS Jardim Aurélio, CDHU, Vista Alegre, DIC I, Vila União, Pronto Socorro Campo Grande. Terminada sua apresentação, foi aberta a palavra aos presentes, tendo participado da discussão: Sra. Maria da Graça, do Movimento Popular de Saúde, Sra. Edna, Sr. Kurt, Sr. Ricardo, Sr. Júnior, Sra. Terezita, usuária do CAPS Integração, Sra. Maria do Carmo, usuária do CS DIC 3, Sra. Yara, Sra. Rosana, Coordenadora do CS DIC 3, que apresentaram as seguintes questões: informações dadas em algumas unidades não são condizentes com os dados apresentados; como se dá a quebra cronológica para pagamento de fornecedores; necessidade de padronização de procedimentos; que medidas foram adotadas para solucionar os problemas do almoxarifado e se foi informatizado; condições de armazenamento de medicamentos; como está o repasse do Programa Dose Certa; necessidade de melhorar a comunicação entre os diversos serviços. Sra. Nilda esclareceu que todas as Secretarias fazem quebra de ordem cronológica de acordo com suas prioridades, sendo que na Saúde a maior parte foi para os prestadores de serviços. Sr. Fábio esclareceu também que a Prefeitura como um todo está passando por uma situação financeira bastante difícil, pois a dívida deixada pela gestão passada tem dificultado o pagamento em dia dos atuais fornecedores e que, apesar dos esforços para otimização dos recursos, anualmente são feitas suplementações orçamentárias, pois os recursos são insuficientes. Com relação ao Programa Dose Certa, Sra. Nilda informou que em Campinas tem sido seguido rigorosamente. Declarou que o controle de estoque do almoxarifado está adequado e que as condições de armazenamento, embora não ideais, também estão adequadas, tendo sido implantada rede de frio e instalado gerador. Sra. Maria Elisa, Coordenadora do Programa de Assistência Farmacêutica, prestou esclarecimentos com relação à padronização de procedimentos referente a dispensação de medicamentos pelas unidades. Dr. Gilberto informou sobre programa de desburocratização em desenvolvimento na Prefeitura, que deve auxiliar na diminuição dos entraves atuais. Relatou também visita feita em várias Unidades por diversos Secretários Municipais e representantes de Secretarias, com o objetivo de que pudessem ter uma visão mais sistêmica da Rede e desencadear programa de sua recuperação, inclusive de estrutura física. Terminado esse ponto, passou-se para a discussão referente aos questionamentos levantados sobre a Associação Esperança e Vida na reunião de 24.08. Dr. Gilberto relatou aos conselheiros reunião realizada com a entidade, da qual também participaram representantes da Secretaria Executiva do Conselho e a coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS, com o objetivo de fazer com que a reunião extraordinária do Conselho conseguisse, sem paixões, resolver os problemas apontados a fim de não causar prejuízo ao atendimento dos usuários, pois a Secretaria tem pautado seu trabalho no estabelecimento de parcerias de relevante importância para a construção das políticas públicas do SUS. Apelou para que todos, ao se pronunciarem, o fizessem de forma positiva, buscando a harmonização dos interesses. Convidou o Sr. Roberto, Presidente da Associação, a fazer uso da palavra, mas este preferiu não pronunciar-se após ouvir os questionamentos. Sr. David considerou imprudente a afirmação do Sr. Roberto, na reunião de 25.05.05, de que a associação teria sido prejudicada na distribuição de recursos, uma vez tratar-se da entidade que recebe o maior valor e, embora convidada, não participou da elaboração do Plano de Ação e Metas para o período de junho de 2005 a junho de 2006, plano esse aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde. Solicitou que o Presidente da entidade se retratasse por considerar que a idoneidade do Conselho havia sido atingida diante de suas declarações. Sr. Ricardo, além de questionar a exposição de pacientes da Casa, posicionou-se no sentido de que as ONG não devam ser dependentes financeiramente das verbas públicas. Sra. Cristina desculpou-se pela forma como se colocou na reunião anterior. Reafirmou que vários pactos realizados com a Associação vêm sendo sistematicamente descumpridos, fato esse considerado bastante grave e que poderia vir a inviabilizar a manutenção da parceria, pois é imprescindível que as determinações do Programa Nacional de DST/AIDS sejam seguidas. Colocou também que os princípios religiosos não devem interferir nas questões técnicas, pois podem induzir as pessoas a formas inadequadas de prevenção. Sr. Júnior relatou reunião do Conselho Distrital Noroeste, onde foi comentado que as declarações do Presidente da associação na reportagem ao Programa Bom Dia São Paulo, da TV Globo, assistida pelos conselheiros na reunião anterior, não tinham sido comprometedoras, uma vez que a arrecadação da entidade é muito maior do que o valor repassado pelo município. Informou que há cerca de 3 meses a associação vem participando das reuniões daquele Conselho e que está sendo montada comissão gestora do convênio. Com relação ao folheto considerou que deverá ser discutido tecnicamente em fórum apropriado. Sr. Mário, da ACADEC, posicionou-se no sentido de que o folheto fere os direitos humanos e que a Associação Esperança e Vida tem que assumir o compromisso de participar do Fórum de ONGs AIDS. Sra. Yara colocou que acompanhou as discussões do PAM, onde pode verificar que são inúmeras as ações a serem desenvolvidas, o que faz com que seja necessário priorizá-las, uma vez que o recurso, apesar de não ser pequeno, não é suficiente. Reforçou a informação do Sr. Júnior de que será realizado Seminário específico para a discussão do controle social em DST/AIDS e demonstrou sua preocupação no sentido de que o controle social não seja banalizado, pois o Conselho Municipal de Saúde é um dos poucos deliberativos e bastante respeitado na cidade, sendo necessário que os conselheiros tenham consciência do seu papel. Sr. Roberto, Presidente da Associação Esperança e Vida, declarou já ter participado em outras oportunidades do Fórum de ONGs AIDS e que sua ausência atualmente era devida a problemas de agenda, considerando importantes essas reuniões. Com relação à crítica recebida pela forma como se retirou da reunião em que foi aprovado o PAM, pediu desculpas ao Conselho. Reafirmou que o trabalho da instituição não foi levado em conta na distribuição dos recursos, dada à complexidade e grau de dependência dos pacientes que recebe e que a abordagem da Casa vai além das questões técnicas. Refutou a acusação de uso da imagem dos pacientes, uma vez que possui autorização para fazê-lo. Com relação ao folheto em questão informou ser material antigo e não mais utilizado. Colocou ainda que acataria toda e qualquer sugestão de melhoria do material, desde que não houvesse interferência nos princípios e valores morais da instituição. Informou ainda que, segundo informações do Ministério da Saúde, na elaboração do projeto de solicitação de recursos deveria utilizar o termo leito e não acomodação social, afirmação essa que foi veementemente refutada pela Sra. Cristina. Sr. Roberto assumiu o compromisso de, a partir do início do próximo ano, participar do Fórum Municipal de DST/AIDS e convidou o Conselho para que fizesse uma de suas reuniões na sede da associação. Sra. Cristina reafirmou que o descumprimento, pela associação, dos pactos firmados com a Secretaria e o Conselho coloca em jogo a credibilidade de sua atuação enquanto coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS e declarou que a entidade foi a que mais recebeu recursos durante todo o período em que é conveniada com a Secretaria. Rebateu os pontos equivocados presentes nas colocações do Sr. Roberto e mencionou algumas práticas inadequadas existentes na Casa. Declarou ainda que, na sua visão de técnica e responsável pela área, foram recolocadas pelo Presidente da Associação algumas questões limitantes à manutenção da parceria, lembrando que há uma determinação legal que proíbe o poder público de manter parceria com pessoa ou entidade que, utilizando recurso público ou não, estabeleça diretrizes de prevenção diferentes daquelas definidas pelo Programa Nacional. Sra. Sidna, enfermeira da Associação, esclareceu que são recebidos diversos tipos de pacientes e que alguns necessitam de cuidados especializados de enfermagem. Vereador Peterson Prado informou ser um dos fundadores da Casa e atuar, nesse momento, como voluntário. Discordou da forma como foram feitos alguns questionamentos, sugerindo aos conselheiros que fossem até a instituição para verificar o trabalho lá desenvolvido, além de reiterar a afirmação de seu Presidente de que o recurso recebido do poder público era muito pequeno. Declarou desconhecer a ACADEC e questionou o fato da entidade receber um volume muito grande de recursos e funcionar no Centro de Referência de DST/AIDS. Colocou que o trabalho da Associação não pode ser questionado só porque não distribui preservativos, já que essa prática não faz parte da filosofia da entidade, considerando essa uma atitude discriminatória. Posicionou-se no sentido de considerar que "o Programa está colocando peso na dependência financeira de algumas entidades para conseguir aprovar coisas no Fórum de ONGs AIDS e no Conselho que não são legítimas". Dr. Gilberto enfatizou a necessidade de dar encaminhamento às questões colocadas de maneira serena e responsável, para que não houvesse um dano maior para o usuário, solicitando que os próximos inscritos privilegiassem os "encaminhamentos, de preferência na direção da concórdia, buscando fortalecer o Programa Municipal de DST/AIDS, pois a rigor nem o Secretário ou Vereador ou Presidente de ONG ou conselheiro tem o direito de colocar em risco um trabalho desenvolvido há anos na cidade e muito menos desrespeitar uma política estabelecida". Sra. Edna reforçou a necessidade do trabalho conjunto, por considerar que tanto o Programa quanto a Associação são importantes para o município. Sr. Miro, Presidente do Fórum Municipal, reforçou a necessidade de que fosse mantido o respeito entre as partes e lamentou o fato de não terem sido apontados encaminhamentos para solucionar as questões colocadas. Informou que, conforme solicitado na última reunião, algumas ONGs haviam trazido suas prestações de contas e questionou o custo mensal declarado pela Associação Esperança e Vida. Sr. Henry, assessor do Vereador Peterson, declarou que foi convidado pelo Sr. Roberto para, na qualidade de advogado, acompanhar a reunião e avaliar se haveria necessidade de alguma aplicação jurídica, tendo em vista algumas colocações feitas na reunião anterior. Sr. Felix, Presidente da ACADEC, esclareceu ao Vereador que é o Programa de DST/AIDS que utiliza uma sala da sede daquela entidade e que a

ACADEC foi convidada para ser co-gestora do Programa, o que tem feito até agora, refutando a declaração de ter recebido R\$ 1 milhão. Uma vez que não havia mais quorum para deliberação, Dr. Gilberto, na qualidade de gestor público, que tem por obrigação promover a transparência da utilização dos recursos públicos, solicitou que a Secretaria Executiva agendasse, para as próximas reuniões do Conselho, prestações de contas detalhadas de todas as ONG parceiras, inclusive com parecer do Conselho Fiscal, para que sejam dirimidas todas as dúvidas apresentadas. Com relação à questão conceitual, uma vez que há divergências profundas sobre como conduzir o processo, considerou necessário o aprofundamento da discussão, buscando pontos de concordância para o alinhamento de conceitos na linha da política pública e da construção do SUS, devendo ser estabelecido um fórum apropriado para isso. Esclareceu que solicitou que a prestação de contas fosse feita preliminarmente porque foram lançadas dúvidas quanto à utilização dos recursos e que, caso ficasse evidenciado o mau uso do recurso por qualquer uma das ONGs, seria encaminhado imediatamente, do plenário do Conselho, o rompimento da parceria. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

**retorna a relação de atas do CMS**